

JERÔNIMO JESUS DOS SANTOS
Procurador Federal no Estado do Rio de Janeiro.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Editora e Livraria Jurídica
do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 2006

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Conceito, Surgimento e Evolução Histórica do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	1
1.1. Conceito	1
1.2. Surgimento e evolução do TAC	5

CAPÍTULO II

Do Veto	13
2.1. Noção de sanção. Problema da terminologia	13
2.2. Noção e características do veto	15
2.3. O "Veto Implícito" ou "Veto Tácito" – Sanção Tácita do TAC	17
2.4. O TAC no âmbito trabalhista	28
2.5. O TAC no âmbito da Saúde Suplementar	32
2.6. O TAC no âmbito do regime financeiro de habitação	34
2.7. O TAC no âmbito da propriedade intelectual	34
2.8. O TAC entre órgãos públicos	35

CAPÍTULO III

Dos Objetivos e da Relevância do TAC	37
3.1. Da disciplina e da relevância do TAC	37
3.2. As três ondas: obstáculos econômico, organizacional e processual	41
3.3. Características da solução extrajudicial dos conflitos transindividuais	42
3.4. Da extrajudicialidade e do potencial preventivo do TAC	44
3.5. Da diferença entre Termo do Compromisso de Desempenho - TCD, do Ajustamento de Conduta - AC e do Compromisso de Cessação de Prática - CCP	46
3.6. Requisitos necessários para a celebração do TAC	51

CAPÍTULO IV

Princípios e Efeitos do TAC	55
4.1. Da posição do órgão público legitimado	55
4.2. Do princípio da oralidade	57
4.3. Dos princípios da simplicidade e da informalidade	58
4.4. Do princípio da economia processual	58
4.5. Do princípio da celeridade	58
4.6. Do princípio da operosidade	59
4.7. Do princípio da legalidade	61
4.8. Do princípio da informalidade	64
4.9. Do princípio da subsidiariedade	65

4.10. Do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade	66
4.11. Do princípio da motivação	67
4.12. Do princípio da publicidade	67

CAPÍTULO V

Da Responsabilidade da Pessoa Jurídica e dos Órgãos Públicos No TAC

5.1. A responsabilidade da pessoa jurídica na Constituição Federal e no direito administrativo sancionador	71
5.1.1. Requisitos da responsabilidade da pessoa jurídica	71
5.1.2. A pena no direito administrativo sancionador e no direito penal	72
5.2. Responsabilidade administrativa da pessoa jurídica	76
5.3. Do TAC nos Órgãos Públicos de Execução	77
5.4. Da realidade do TAC no Sistema Nacional de Seguros Privados- SNSP	80
5.5. Regulação. Regulação estatal e efetiva auto-regulação do mercado segurador	82
5.5.1. Origem do conceito de regulação	82
5.5.2. Natureza de regulação, regulamentação e auto-regulação	84
5.5.2.1. Regulação estatal	85
5.5.2.1.1. Divisão da regulação estatal	85
5.5.2.1.1.1. Regulação normativa	86
5.5.2.1.1.2. Regulação executiva	86
5.5.2.1.1.3. Regulação judicante	87
5.6. Aplicação da regulação	88
5.6.1. Delegação receptícia	90
5.6.2. Delegação remissiva	90
5.6.3. Deslegalização	91

CAPÍTULO VI

O Poder Regulamentar

6.1. Conceito	93
6.2. Regulamento autônomo e supletivo	94
6.3. Razão e relativização do poder de polícia; polícia administrativa; administração de gestão, administração fomentadora e administração ordenadora	96
6.4. A Ato vinculado e exercício de competência discricionária	104
6.5. O Dever regulamentar constitucional	106

Localização: 347.91/.95

S237t

Código de barras: STJ00065884

CAPÍTULO VII

A Atuação dos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e as Vantagens do TAC	117
7.1. Dos órgãos públicos	117
7.2. Dos órgãos do SNDC	119
7.3. Pontuais proposições para a celebração do TAC	122
7.4. O TAC como investimento na solução de conflitos	126

CAPÍTULO VIII

Dos Direitos e Interesses Metaindividuais ou Transindividuais	129
8.1. Conceitos e características	129
8.2. Do direito individual e do interesse público: direito transindividual	130
8.3. Expansão dos poderes públicos sancionadores	134
8.4. Do princípio da intervenção mínima	136
8.5. Da discricionariedade	138
8.6. Da suspeição e do impedimento	139
8.7. Da oportunidade e conveniência e da suspensão do processo	141

CAPÍTULO IX

As Funções e a Natureza do TAC no Mercado de Seguros, de Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta	145
9.1. Da função preventiva e da tutela inibitória	145
9.2. Da competência administrativa	147
9.3. Da natureza do TAC na SUSEP	149
9.4. Da prática do TAC no mercado internacional de seguro	155

CAPÍTULO X

A Legitimação e o Dever da SUSEP Para Tomar o TAC e da Necessária Normatização Genérica	161
10.1. Da legitimação e do dever	161
10.2. Da natureza jurídica da autarquia	162
10.3. Da personalidade pública da autarquia	165
10.4. Do serviço público da autarquia	165
10.5. Da descentralização da autarquia	167
10.6. Da auto-administração da autarquia	167
10.7. Dos demais fundamentos jurídicos do normativo do TAC no mercado de seguros, de resseguros, de capitalização, de previdência complementar aberta	168

10.8. Lentidão dos tribunais e o acesso à justiça	171
CAPITULO XI	
Considerações Finais	181
Referências	189
APÊNDICE I	
Encaminhamento de Exposição de Motivos e a Respectiva Proposição Normativa	197
APÊNDICE II	
Minuta de Resolução CNSP	203
APÊNDICE III	
Modelo de TAC para o Mercado de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta	213
ANEXO I	
Exemplos de TAC Celebrados	221
ANEXO II	
Jurisprudência	241
RT532/2002	241
RT338/2002	242
EAEJ01/2002	243
RT 1648/2002	244
RT 1605/2002	245
RT 63/2002	246
EAEJ31/2002	247
EAEJ30/2002	248
EAEJ 152/2002	248
EAEJ 182/2002	249
ANEXO III	
Órgãos de Execução da Procuradoria Geral Federal – PGF	251
ANEXO IV	
Código de Auto-Regulação da ANBID para o programa de Certificação Continuada	259
ANEXO V	
Regulamentos - Ministério do Meio Ambiente	285

ANEXO VI	
Exemplo de TAC no Mercado Americano de Seguro	295
Monetary Relief	296
Business Reforms	298
Monitoring Compliance and Reporting	302
Cooperation With the Superintendem	303
Cooperation With the Attorney General	303
Other Provisions	305
Exhibit 1	306
Exhibit 2	307
General Release	307
Definitions	307
Release	308
Exhibit 4	309
ANEXO VII	
Lista de Endereços da SUSEP	315
Sede	315
Regionais	315
ANEXO VIII	
Lista de Endereços dos Sindicatos dos Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta - SINCOR	317
ANEXO IX	
Lista de Endereços dos Sindicatos das Empresas de Seguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta - SINSEG	323
ANEXO X	
Lista de Endereços das Empresas de Seguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta	325
ANEXO XI	
FENASEG - A Federação do Mercado Segurador Brasileiro	353
ANEXO XII	
ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada	357
ANEXO XIII	
O Sistema Sindical e o Corretor de Seguro	361
ANEXO XIV	

FUNENSEG - A Escola de Seguros do Brasil 365

ANEXO XV
Nota Final do Autor 367